2081
TEXTO PARA DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Tatiana Dias Silva

ipea

2081

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Rio de Janeiro, abril de 2015

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA[1]

Tatiana Dias Silva[2]

1. A autora gostaria de agradecer a contribuição dos técnicos do Núcleo de Informações Sociais (Ninsoc) da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea – Janaína Carvalho dos Santos, Lana Torres Barreto, Mariana Fernandes Teixeira, Ilka Oliveira Torres e Luís Cristóvão Ferreira Lima –, responsáveis pelo processamento estatístico dos dados apresentados.

2. Técnica de planejamento e pesquisa da Disoc do Ipea.

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Substituto
Bernardo Alves Furtado

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto
Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2015

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: 20Z

SUMÁRIO

SINOPSE

1 INTRODUÇÃO 7

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA 10

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO ESCOLAR 13

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 28

REFERÊNCIAS 31

ANEXOS 33

APÊNDICES 36

SINOPSE

Este texto tem o objetivo de apresentar breve perfil da educação escolar quilombola (EEQ) no Brasil, a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica 2013, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Este esforço tem o intuito de contribuir com o diagnóstico sobre as escolas quilombolas e com as reflexões acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para esta modalidade, aprovadas em 2012. Para tanto, procura-se avaliar as possibilidades e limites do censo escolar como instrumento estratégico para acompanhamento de elementos importantes no âmbito das referidas DCNs.

Palavras-chave: educação escolar quilombola; quilombos.

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem o objetivo de apresentar breve perfil da educação escolar quilombola (EEQ) no Brasil, a partir dos dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica 2013, promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Este esforço tem o intuito de contribuir com o diagnóstico sobre as escolas quilombolas e com as reflexões acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para esta modalidade, aprovadas em 2012. Para tanto, procura-se avaliar as possibilidades e limites do censo escolar como instrumento estratégico para acompanhamento de elementos importantes no âmbito das referidas DCNs.

Conhecidos como mocambos, terras de preto, comunidades negras rurais, os quilombos têm origem no período escravocrata, constituídos por movimentos de resistência dos negros no país. Tendo a fuga como uma das estratégias de formação, os quilombos constituíam-se desde como comunidades isoladas até agrupamentos intensamente integrados à sociedade da época. São parte fundante da história brasileira, permanecendo até os dias atuais como símbolo de resistência e conservação de tradições. Todavia, estas comunidades padeceram, ao longo da história, de sistemática perseguição e posterior invisibilidade e abandono. Ainda que boa parte destes grupos desenvolvesse estreitas relações com vários outros setores sociais, foram relegados à margem dos avanços sociais, da efetivação dos direitos e da "história".

Por meio da atuação do movimento social, notadamente o segmento negro, e com a organização do movimento quilombola, o Estado reconheceu seus direitos culturais e materiais na Constituição Federal de 1988 (CF/1988). Nos Artigos 215 e 216, reconhece-se a importância cultural das manifestações afro-brasileiras e os quilombos como patrimônio cultural. Por sua vez, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) estabelece o direito à propriedade das terras destas comunidades:

> Art. 215, § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
>
> Art. 216, § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
>
> Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Ainda assim, não são poucos nem triviais os obstáculos que se apresentam para a efetivação dos direitos destas comunidades (Ipea, 2013). Ao passo que seus direitos fundiários foram reconhecidos, ainda que com limitada implementação, as comunidades quilombolas passaram a protagonizar conflitos relevantes no cenário brasileiro atual.[1] Como destaca Arruti (2010, p. 28), "de quase folclóricos, enfim, os quilombolas tornaram-se ativistas incômodos, localizados no mapa político nacional em algum lugar entre os trabalhadores sem terra, os indígenas, as favelas e os universitários cotistas".

A Fundação Cultural Palmares (FCP), órgão responsável por certificar as comunidades quilombolas, atesta a existência de 2.408 comunidades certificadas até outubro de 2013.[2] Apesar deste montante, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas, apenas 139 títulos foram emitidos em favor de 207 destas comunidades, representando apenas 8,6% das comunidades certificadas (Incra, 2013).

A busca pela efetivação dos direitos quilombolas é analisada por Arruti (2010) por duas perspectivas. Uma se baseia no reconhecimento da exclusão sistemática sofrida por estas comunidades, da qual decorre sua atual situação social em geral vulnerabilizada, justificando-se, por esta razão, os esforços de compensação e reparação por meio de acesso diferenciado a políticas universais. A outra perspectiva se dá pelo reconhecimento das especificidades destes grupos e da implementação de políticas singulares que consigam lidar com suas particularidades.

Além das medidas para regularização fundiária, principal demanda dessas populações, podem-se elencar iniciativas que têm o fito de prover acesso às políticas públicas. Com o objetivo de trazer mais ações governamentais para estas comunidades, foi criado, em 2004, o Programa Brasil Quilombola, com ações e programas coordenados entre vários ministérios. Além disso, foram estabelecidos pactos estaduais para desenvolver ações específicas para estas comunidades.

---

1. Os conflitos fundiários envolvendo quilombolas têm promovido grande tensão. Citam-se como exemplos os casos ocorridos em terras públicas como em Marambaia (RJ), Rio dos Macacos (BA) e Alcântara (MA). Muitos outros episódios também têm ocorrido em terras apropriadas de forma privada. As populações tradicionais, o que inclui quilombolas, representam 60% dos grupos que sofreram violência no campo, segundo levantamento da Comissão Pastoral da Terra (Porto-Gonçalves e Santos, 2012).

2. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>. Informações atualizadas até 25/10/2013.

O Programa Brasil Quilombola é composto por ações em quatro eixos: *i)* acesso à terra; *ii)* infraestrutura e qualidade de vida; *iii)* inclusão produtiva e desenvolvimento local; e *iv)* direitos e cidadania. Este programa está sob a coordenação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e conta com a participação de diversos órgãos.

Na área educacional, cabe pontuar as ações do Ministério da Educação (MEC) que se propõe a promover maior e melhor acesso à educação aos membros de comunidades quilombolas. Além de ações ordinárias direcionadas a todas as escolas, ainda que com atenção ao atendimento das comunidades quilombolas, destacam-se diretrizes especialmente direcionadas a este segmento, como a distribuição de material didático específico ou ainda o incentivo ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que reverte recursos superiores para escolas que recebem alunos quilombolas.[3]

Com efeito, no campo da educação em que medidas afirmativas para esse segmento já se faziam presentes, avança-se com o reconhecimento da necessidade de abordagem específica para a EEQ. As DCNs para a EEQ representam, por conseguinte, um progresso neste caminho. Em meio às comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra em 2012, foi homologado o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) que aprovou as DCNs para a EEQ na educação básica.[4]

Essas DCNs visam estabelecer orientações para o desenvolvimento da EEQ, o que representa a culminância de uma trajetória de debates e de reconhecimento, assim como aponta o início de nova etapa na efetivação de direitos para este segmento.

A próxima seção trata dos antecedentes e do conteúdo das diretrizes para a EEQ. Em seguida, na terceira seção, apresentam-se os dados disponíveis no censo escolar sobre os elementos do sistema educacional envolvidos diretamente nesta temática. Por fim, a quarta seção traz as considerações finais.

3. "O valor do repasse da merenda escolar aos municípios que identificam a ação às comunidades quilombolas é superior ao repasse universal. Desse modo, as escolas que possuem alunos quilombolas tiveram o valor ampliado de R$ 0,34 para R$ 0,60" (Seppir, 2013, p. 45).

4. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, do CNE.

2 A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

2.1 Antecedentes

Com efeito, a proposta de uma educação diferenciada para as comunidades quilombolas há tempo se fazia presente nas demandas dos movimentos sociais. Ainda que a situação escolar quilombola estivesse abarcada pela modalidade de educação no campo,[5] com a qual comungam princípios e questões comuns, há elementos distintivos importantes. Como destaca Gomes (2012, p. 22), "incide sobre os quilombolas algo que não é considerado como uma bandeira de luta dos povos do campo: o direito étnico", que envolve territorialidade, história, memória e cultura deste segmento.

Considerando esta singularidade, Moura (2011) aponta que, desde o I Encontro Nacional Quilombola, em 1995, por ocasião da Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, a demanda por uma educação que respeitasse as especificidades destas comunidades estava presente. No Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2009), aprovado em 2009, a demanda por uma atenção específica para este segmento estava igualmente posta. A autora ainda destaca a Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010 como marco na inclusão da temática da diversidade, em que, temas como educação das relações étnico-raciais, indígena, quilombola, por exemplo, são tratados como "expressões da diversidade e constituintes do direito à educação" (Moura, 2011, p. 7).[6]

---

5. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), inclui, entre as populações do campo, os quilombolas.

6. Na Conae 2010, estas foram as oito deliberações específicas para a educação quilombola: "a) Garantir a elaboração de uma legislação específica para a educação quilombola, com a participação do movimento negro quilombola, assegurando o direito à preservação de suas manifestações culturais e à sustentabilidade de seu território tradicional. b) Assegurar que a alimentação e a infraestrutura escolar quilombola respeitem a cultura alimentar do grupo, observando o cuidado com o meio ambiente e a geografia local. c) Promover a formação específica e diferenciada (inicial e continuada) aos/às profissionais das escolas quilombolas, propiciando a elaboração de materiais didático-pedagógicos contextualizados com a identidade étnico-racial do grupo. d) Garantir a participação de representantes quilombolas na composição dos conselhos referentes à educação, nos três entes federados. e) Instituir um programa específico de licenciatura para quilombolas, para garantir a valorização e a preservação cultural dessas comunidades étnicas. f) Garantir aos professores/as quilombolas a sua formação em serviço e, quando for o caso, concomitantemente com a sua própria escolarização. g) Instituir o Plano Nacional de Educação Quilombola, visando à valorização plena das culturas das comunidades quilombolas, a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica. h) Assegurar que a atividade docente nas escolas quilombolas seja exercida preferencialmente por professores/as oriundos/as das comunidades quilombolas". Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documetos/documento_final_sl.pdf>. p. 131-132.

No mesmo ano, foi publicada a Resolução nº 4/2010 do CNE, que definiu as DCNs para a educação básica, incluindo a EEQ como uma de suas modalidades. Em seguida, verifica-se a intensificação do debate sobre o tema, com a realização de seminários nacionais e regionais, o desenvolvimento de processos de construção de diretrizes curriculares estaduais e municipais e a realização, ainda em 2010, do I Seminário Nacional de Educação Quilombola[7] (Moura, 2011; Gomes, 2012).

Também nesse ano, foi criada, no âmbito do CNE, a comissão responsável pela elaboração das DCNs para a EEQ.[8] Para assessorá-la, foi instituída outra comissão, integrada por representantes de comunidades quilombolas, da Seppir e do MEC. Durante o ano seguinte, a comissão do CNE coordenou e realizou três audiências públicas, com o intuito de colher subsídios para consolidação das diretrizes. A oitiva das audiências permitiu angariar dados da realidade das comunidades quilombolas que se relacionavam aos aspectos ligados à diversidade cultural nos sistemas de ensino e abordar elementos cruciais relativos à precariedade das escolas que recebem estudantes quilombolas, dentro e fora de seus territórios (Gomes, 2012).

2.2 Diretrizes Nacionais Curriculares: principais aspectos

Segundo Miranda (2012), o debate em torno da EEQ situa-se na trajetória de discussão da função social da escola iniciada na década de 1980. Por meio desta discussão, entre demandas por democratização, os movimentos identitários denunciam o papel da educação escolar na reprodução das desigualdades e reclamam por uma nova abordagem sobre os conteúdos ofertados e sobre as narrativas a respeito de sua participação na históriana cional.

Nesse contexto, no âmbito da EEQ, o desenvolvimento das DCNs visou orientar os sistemas de ensino para implementar uma educação que considerasse a realidade dos quilombos, suas histórias, sua origem e sua realidade atual – em conjunto com seus sujeitos. A aplicação destas diretrizes não se restringe às escolas situadas em comunidades remanescentes de quilombos, compreendendo também estabelecimentos de ensino que atendem a alunos oriundos desses territórios. Escola quilombola, segundo as DCNs,

7. Organizado pelo MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

8. Conforme Portaria nº 5/2010, da Câmara de Educação Básica (CEB) do CNE.

são os estabelecimentos localizados em território quilombola reconhecido pelos órgãos públicos responsáveis.[9]

Considerada de forma transversal, a EEQ deve estar presente na educação básica em todas as suas etapas (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio) e modalidades (educação especial, educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos – EJA, educação a distância).

Com um texto bastante detalhado, as referidas diretrizes, ao estabelecerem responsabilidades para União, estados e municípios, buscam orientar o sistema de ensino para garantia da oferta da EEQ de forma articulada federativamente. Ressaltam a necessária atenção para as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, sua forma de produção de conhecimento, e instam os estabelecimentos de ensino a promover uma gestão escolar que considere a participação das comunidades e de suas lideranças.

Entre outros aspectos, a produção de material didático e de apoio pedagógico específicos deve ser adequada à história e tradição das comunidades, e a oferta de programa de alimentação escolar deve respeitar os hábitos alimentares, de preferência com apoio de profissionais oriundos das próprias comunidades.

A norma ainda trata do projeto político-pedagógico das escolas quilombolas, que deve incorporar orientações específicas na proposta de currículo, de gestão escolar, de avaliação, de formação de professores. Complementarmente, destacam-se na EEQ a importância e a imbricação de sua implementação conjunta com as DCNs para educação das relações étnico-raciais (Erer).[10] Por fim, está prevista a elaboração de um Plano Nacional de Implementação das Diretrizes (Artigo 62),[11] tal como ocorreu com as DCNs para Erer. Em 2013, foi instituído o Programa Nacional de Educação no

9. Conforme Artigo 1º, inciso IV, da Resolução nº 8/2012 do CNE. Neste caso, infere-se que as comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis são aquelas devidamente certificadas pela FCP.

10. DCNs para a Erer e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.

11. Em dezembro de 2012, foi realizado o II Seminário Nacional de Educação Quilombola cujo objetivo foi a construção dos alicerces do plano nacional a partir das DNCs para EEQ.

Campo (Pronacampo),[12] tendo como uma de suas ações as Escolas da Terra.[13] Enquanto o programa foi responsável por estabelecer diretrizes para apoiar os sistemas de ensino na implementação da educação no campo e quilombola, as Escolas da Terra tiveram como objetivos principais a formação continuada de professores e a oferta de recursos didáticos e pedagógicos.

A seção 3 procura apresentar alguns dados que o censo escolar promovido pelo Inep pode fornecer para melhor compreensão da realidade da EEQ e posterior acompanhamento da implementação das DCNs.

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CENSO ESCOLAR

O censo escolar da educação básica é realizado anualmente pelo Inep, em regime de colaboração entre a União, estados, Distrito Federal e municípios, conforme rege o Decreto nº 6.425/2008. O censo tem caráter declaratório e é obrigatório para todos os estabelecimentos públicos ou privados. A data de referência para coleta de dados é a última quarta-feira de maio. As informações prestadas agrupam-se nas seguintes categorias: *i)* matrículas; *ii)* professores; *iii)* estabelecimentos; e *iv)* turmas. Desde o Censo Escolar de 2004, é possível identificar algumas questões diretamente relacionadas a comunidades quilombolas. Nas subseções a seguir, elencar-se-ão os quesitos presentes no Censo Escolar de 2013.

3.1 Localização

No cadastro da escola, é questionado se o estabelecimento situa-se em área diferenciada. Neste quesito, as opções são: *i)* área de assentamento; *ii)* terra indígena; *iii)* área remanescente de quilombos; *iv)* unidade de uso sustentável; *v)* unidade de uso sustentável em terra indígena; *vi)* unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombos; e *vii)* não se aplica.

Área remanescente de quilombos é considerada como

12. Portaria MEC nº 86, de 1º de fevereiro de 2013.

13. Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013.

> área demarcada e reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que abriga os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição certificada pela Fundação Palmares, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Inep, 2013, p. 29-30).[14]

Por sua vez, unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombos é apresentada como "área demarcada como área remanescente de quilombos e também instituída como uma unidade de uso sustentável" (*op. cit.*, p. 30).

3.2 Materiais didáticos

Consta do cadastro das escolas um item sobre materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural (Inep, 2013, p. 30-31):

> Informe se a escola utiliza material didático específico para atender às diversidades socioculturais, conforme as definições abaixo:
>
> **Quilombolas**
>
> Utiliza materiais adequados a alunos de grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.[15]
>
> **Indígenas**
>
> Utiliza materiais adequados a alunos indígenas.
>
> **Não utiliza**
>
> Não utiliza materiais específicos à diversidade sociocultural.

14. Embora o caderno de instruções do Inep faça referência ao reconhecimento do Incra, de fato, o número de estabelecimentos quilombolas no censo está mais próximo do montante de comunidades certificadas pela FCP, tendo em vista que apenas 207 comunidades foram tituladas pelo Incra até janeiro de 2013 (Incra, 2013).

15. Redação recente. No caderno de instruções do Censo 2012, constava a seguinte definição de materiais didáticos quilombolas "utiliza materiais adequados a alunos descendentes de escravos" (Inep, 2012, p. 22).

3.3 Formação docente

Por sua vez, no cadastro de docente, é questionado se o professor realizou cursos específicos de formação continuada com, no mínimo, oitenta horas. Dentre os diversos cursos listados, consta:

> **Educação para as relações etnicorraciais e história e cultura afro-brasileira e africana**
>
> Quando o curso aborda orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, a execução e a avaliação da Educação, e têm por meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática (Inep, 2013, p. 57).

Com base nessas questões específicas e a partir dos cruzamentos possíveis, foram utilizados os microdados do Censo Escolar de 2013 para apresentação de características relevantes dos estabelecimentos, docentes e estudantes relacionados à EEQ. Cabe salientar que são disponibilizadas, no *site* do Inep, sinopses anuais do censo com planilhas em quatro grandes categorias: *i)* matrículas; *ii)* professores; *iii)* estabelecimentos; e *iv)* turmas. Há informações formatadas disponíveis sobre escolas em áreas quilombolas nos grupos 2 e 3 da Sinopse Estatística da Educação Básica.[16]

3.4 Escolas quilombolas: estabelecimentos, matrículas e condições de funcionamento

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica 2013, há 2.235 estabelecimentos escolares localizados em áreas remanescentes de quilombos, conforme consta da tabela 1.[17] Os estados com mais estabelecimentos são Maranhão, Bahia, Pará e Minas Gerais (tabela A.1 do anexo A).

16. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 23 mar. 2014.

17. Como mencionado, embora a orientação presente no caderno de instruções do censo escolar do Inep indique que áreas remanescentes de quilombos são aquelas demarcadas pelo Incra, a julgar pelo número de estabelecimentos escolares superior a 2 mil, parece razoável supor que as respostas das escolas não se ativeram às comunidades efetivamente tituladas – 207 em maio de 2013 (Incra, 2013) –, aproximando-se do quadro relativo ao número de comunidades certificadas pela FCP. A informação obtida pelo censo é validada pelo Inep, que identifica se as localidades dos estabelecimentos assim declarados realmente estão entre as comunidades certificadas.

TABELA 1
Número de estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos, por localização e dependência administrativa, segundo a região geográfica (2013)

Região geográfica	Estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos									
	Estabelecimento[1, 2]					Matrícula[3]				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	**2.235**	1	118	2.099	17	**227.430**	202	38.160	187.513	1.555
Brasil (%)	**100,0**	100,0	100,0	100,0	100,0	**100,0**	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte (%)	**17,4**	-	24,6	17,0	11,8	**13,8**	-	10,6	14,6	2,3
Nordeste (%)	**63,7**	100,0	34,7	66,0	70,6	**67,7**	100,0	60,3	69,2	71,3
Sudeste (%)	**11,7**	-	26,3	10,9	11,8	**10,6**	-	18,9	8,9	7,1
Sul (%)	**2,8**	-	3,4	2,7	5,9	**3,3**	-	1,2	3,6	19,4
Centro-Oeste (%)	**3,8**	-	11,0	3,4	-	**4,6**	-	9,0	3,8	-

Fonte: MEC/Inep/Deed. Sinopses Estatísticas disponíveis em: <www.inep.gov.br> (planilha 3.3).
Notas: [1] O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.
[2] Estabelecimentos em atividade.
[3] O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

As escolas quilombolas, de acordo com este levantamento, representam apenas 1,2% do total de estabelecimentos de educação básica no país e apenas 0,45% das matrículas neste nível. Concentram-se na região Nordeste – condizente com a porcentagem de comunidades certificadas nesta região (63,7%)[18] – e em estabelecimentos municipais, em geral responsáveis pelas etapas inicias da educação básica. Apenas 135 estabelecimentos (6,0%) estão localizados na área urbana, concentrando 21,2% das matrículas (anexo A).

O ensino fundamental regular corresponde a 68,5% das matrículas, enquanto o médio limita-se a 5,9% (ensino regular). A EJA representa 11,1% das matrículas, pouco superior à participação desta modalidade no total geral das matrículas da educação básica, 7,5% (Inep, 2013), conforme tabela 2.[19]

18. Segundo dados da FCP, em 10/6/2013.

19. Dados por Unidade da Federação (UF) podem ser aferidos na tabela A.1 do apêndice A.

TABELA 2
Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos na educação básica, por etapas e modalidade de ensino, segundo a região geográfica (2013)

Região geográfica	Total	Modalidade					
		Ensino regular				Educação especial	EJA
		Educação infantil	Ensino fundamental	Ensino médio	Educação profissional		
Brasil	**227.430**	32.650	155.860	13.492	124	22	25.282
Brasil (%)	**100,0**	14,4	68,5	5,9	0,1	0,0	11,1
Norte	**31.478**	4.417	23.202	843	-	20	2.996
Nordeste	**154.046**	22.956	100.942	9.740	124	.	20.284
Sudeste	**24.004**	3.662	17.542	1.903	-	.	897
Sul	**7.427**	696	6.488	85	-	2	156
Centro-Oeste	**10.475**	919	7.686	921	-	.	949

Fonte: Inep (2014).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: 1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2. Ensino fundamental: inclui matrículas das turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
3. Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à educação profissional de nível médio.

A Resolução nº 4/2010 do CNE disciplina que a EEQ deve ser ofertada tanto por escolas em áreas quilombolas como por "estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas". Desta forma, além dos 2.235 estabelecimentos indicados na tabela 1, somam-se as escolas que atendem a estudantes quilombolas fora de seus territórios. Para que o censo escolar pudesse captar melhor essa informação, seria necessário incluir, no formulário dirigido ao aluno, quesito sobre sua eventual residência em territórios quilombolas (ou procedência desses territórios).

Para captar uma informação mais próxima dessa realidade, buscou-se identificar outros estabelecimentos que declararam, durante o ano de referência, usar materiais específicos para atendimento à diversidade sociocultural quilombola e que não estivessem em áreas remanescentes de quilombos, conforme classificação do Inep (tabela 3).

TABELA 3
Estabelecimentos que utilizam materiais didáticos específicos para atendimento à diversidade sociocultural quilombola (2013)

Localização	Estabelecimentos
Em área remanescente de quilombo	783
Em outra localização	552
Total	**1.335**

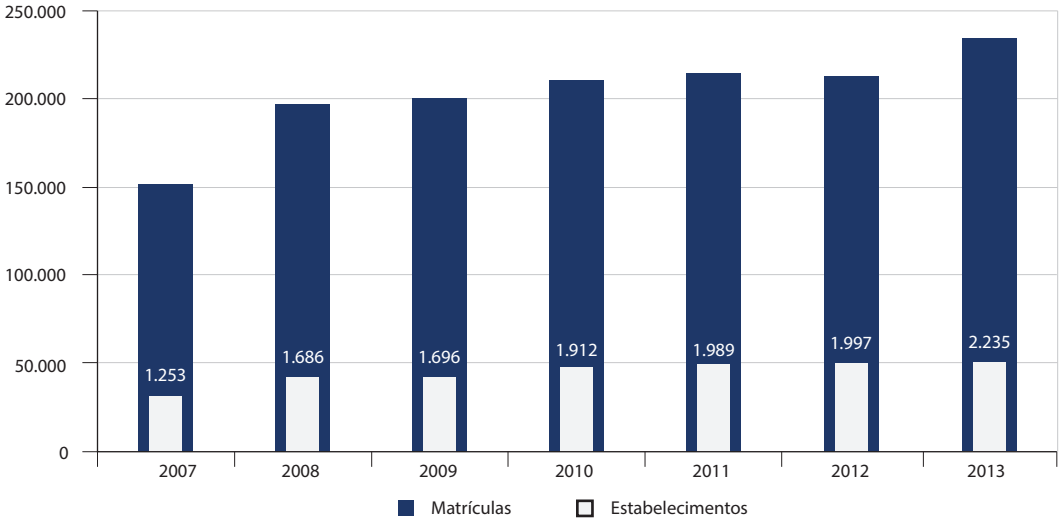
Fonte: Inep (2013).
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

Estima-se assim que, além dos 2.235 estabelecimentos declarados em áreas remanescentes de quilombos, no mínimo outros 552 devem receber estudantes oriundos destas áreas, tendo em vista a utilização de material específico para diversidade sociocultural quilombola. Deste modo, segundo a classificação das DCNs para a EEQ, haveria, no mínimo, 2.787estabelecimentos que seriam objeto desta norma.

Algumas ponderações são necessárias acerca desse número. Há a possibilidade de existirem estabelecimentos em áreas quilombolas que não se identificaram como tal e ainda estabelecimentos fora de área quilombola que recebem estudantes quilombolas e não utilizam material específico. Esta última hipótese não é irrelevante, tendo em vista que menos da metade dos estabelecimentos situados em áreas remanescentes de quilombos informam utilizar este tipo de material didático. Este estudo, todavia, irá limitar-se ao levantamento de estabelecimentos, docentes e discentes relacionados a áreas declaradas como remanescentes de quilombos, dadas as limitações para identificação das escolas que atendem a estudantes oriundos de comunidades quilombolas fora de seus territórios.

Dentro desse escopo, o número de estabelecimentos e matrículas vem aumentando, o que pode estar relacionado ao aumento da declaração dos dirigentes escolares, bem como de comunidades certificadas. Entre 2007 e 2013, por exemplo, 1.184 certidões foram emitidas (FCP, 2013), ao passo que mais 982 escolas se declararam quilombolas (gráfico 1). Destaca-se que 63,5% do aumento absoluto dos estabelecimentos ocorreu na região Nordeste (624 estabelecimentos). O aumento da declaração pode também ter influência da norma do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que disponibiliza mais recursos para alimentação escolar se o aluno estiver matriculado em escola localizada em área quilombola, com base nas informações do censo escolar do ano anterior (Resolução nº 32/2006 do Conselho Deliberativo do FNDE).

GRÁFICO 1
Número de estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos (2007-2013)



Fonte: Microdados do Censo Escolar Inep.
Elaboração da autora.

Conforme ilustra a tabela 4, a maioria dos estabelecimentos é de pequeno porte, com até duas salas de aula (57,3%), prevalência que se repete nas regiões Norte (64,7%) e Nordeste (60,3%). Apenas 15,3% dos estabelecimentos têm mais de seis salas, enquanto, no total da educação básica, 51,5% têm este mesmo porte (e 22,0% contam com mais de dez salas).[20]

Considerando-se apenas as escolas localizadas em áreas remanescentes de comunidades quilombolas, buscou-se verificar suas condições de funcionamento. Quanto ao local, 88,3% estão em prédio próprio. Algumas funcionam em condições não convencionais, como templos ou igrejas (27); salas de outras escolas (52); ou na casa do professor (18). Há 157 escolas que funcionam em "local ou abrigo destinado à guarda ou ao depósito de materiais" (Inep, 2013, p. 18). Apenas sete estabelecimentos informaram não ter alimentação escolar para os alunos.

20. Dados por UF constam da tabela A.2 do apêndice A.

TABELA 4
Escolas em áreas remanescentes de quilombos, por número de salas, segundo a região geográfica (2013)

Região geográfica	Número de salas[1]				
	Uma sala	Duas salas	De três a cinco salas	De seis a dez salas	Mais de dez salas
Brasil	656	624	611	288	54
%	29,4	27,9	27,3	12,9	2,4
Norte	150	101	89	44	3
%	38,7	26,0	22,9	11,3	0,8
Nordeste	443	425	386	163	22
%	30,8	29,5	26,8	11,3	1,5
Sudeste	42	76	85	47	11
%	16,1	29,1	32,6	18,0	4,2
Sul	6	6	24	19	7
%	9,7	9,7	38,7	30,6	11,3
Centro-Oeste	15	16	27	15	11
%	17,9	19,0	32,1	17,9	13,1

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Nota: [1] Estabelecimentos em atividade.

A tabela 5 exibe outros dados relativos à condição das escolas, comparando-as com estabelecimentos rurais e a totalidade de escolas no país. Um número importante de instituições não tem acesso a qualquer modalidade de esgoto sanitário ou energia elétrica. No entanto, a realidade é que as condições oferecidas pela escola não destoam muito da situação vivida, de forma geral, por grande parte das comunidades quilombolas.[21] Essas condições precárias, sem dúvida, cerceiam o direito à educação por parte de muitos estudantes quilombolas, alimentando o perverso ciclo de exclusão e vulnerabilidade.

21. Para mais informações, ver seção intitulada *Situação do domicílio quilombola* em Seppir (2013, p. 9).

TABELA 5
Estabelecimentos escolares por localização segundo características diversas (2013)

Características selecionadas	Estabelecimentos					
	Quilombolas		Rurais		Todos	
Total de estabelecimentos	2.235	%	70.816	%	190.706	%
Local de funcionamento						
Salas de outras escolas	52	2,3	1.805	2,5	5.534	2,9
Abastecimento de água						
Água consumida pelos alunos – não filtrada	391	17,5	13.565	19,2	19.648	10,3
Rede pública	653	29,2	18.397	26,0	131.088	68,7
Cacimba/cisterna/poço	396	17,7	17.598	24,9	20.685	10,8
Fonte/rio/igarapé/riacho/córrego	234	10,5	10.893	15,4	11.256	5,9
Inexistente	383	17,1	8.563	12,1	8.819	4,6
Abastecimento de energia elétrica						
Rede pública	2.000	89,5	59.086	83,4	178.899	93,8
Gerador ou outras alternativas	80	3,6	3.762	5,3	4.215	2,2
Inexistente	163	7,3	8.193	11,6	8.211	4,3
Esgoto sanitário						
Rede pública	101	4,5	3.391	4,8	86.620	45,4
Fossa	1.811	81,0	57.221	80,8	96.637	50,7
Inexistente	329	14,7	10.445	14,7	10.723	5,6
Destinação do lixo						
Coleta periódica	481	21,5	18.151	25,6	136.677	71,7
Queima	1.613	72,2	47.034	66,4	49.859	26,1

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

A tabela 6 mostra quais recursos estão disponíveis nas escolas quilombolas, rurais e no conjunto dos estabelecimentos, considerando a existência de salas de leitura ou biblioteca, laboratório de informática, quadra de esporte, além de acesso à internet e acessibilidade. Fica evidente que os estabelecimentos quilombolas apresentam estrutura muito mais limitada que os demais, embora com condições muito similares às escolas rurais. Entre os recursos disponíveis, o mais frequente é o laboratório de informática, embora esteja presente em apenas 22,6% dos estabelecimentos (estrutura presente em 44,6% dos estabelecimentos da educação básica). Os recursos mais escassos nas escolas quilombolas são as condições de acessibilidade e a quadra de esportes, o que coincide com o total dos estabelecimentos da educação básica, muito embora estes apresentem números muito superiores aos daquelas. Entre as quilombolas, a região Sul apresenta os

melhores indicadores, com destaque para o Rio Grande do Sul, que concentra a maioria das escolas nesta região.[22]

TABELA 6
Recursos disponíveis em escolas da educação básica, segundo a localização (2013)

Unidade geográfica	**Total**	Biblioteca ou sala de leitura		Acesso à internet		Laboratório de informática		Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Quadra de esportes	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Áreas remanescentes de quilombos											
Brasil	**2.235**	358	16,0	282	12,6	505	22,6	114	5,1	189	8,5
Norte	**388**	52	13,4	17	4,4	47	12,1	11	2,8	13	3,4
Nordeste	**1.440**	172	11,9	132	9,2	299	20,8	67	4,7	86	6,0
Sudeste	**261**	80	30,7	65	24,9	88	33,7	19	7,3	44	16,9
Sul	**62**	36	58,1	39	62,9	43	69,4	13	21,0	28	45,2
Centro-Oeste	**84**	18	21,4	29	34,5	28	33,3	4	4,8	18	21,4
Rural											
Brasil	**70.816**	12.629	17,8	9.769	13,8	16.393	23,1	3.541	5,0	6.865	9,7
Norte	**15.504**	1.608	10,4	643	4,1	1.756	11,3	320	2,1	581	3,7
Nordeste	**39.748**	4.956	12,5	3.496	8,8	8.018	20,2	1.658	4,2	1.962	4,9
Sudeste	**8.424**	2.698	32,0	2.149	25,5	2.892	34,3	634	7,5	1.746	20,7
Sul	**5.362**	2.763	51,5	2.734	51,0	2.829	52,8	686	12,8	2.066	38,5
Centro-Oeste	**1.778**	604	34,0	747	42,0	898	50,5	243	13,7	510	28,7
Todas											
Brasil	**190.706**	90.564	47,5	111.053	58,2	85.141	44,6	41.602	21,8	59.576	31,2
Norte	**23.551**	6.862	29,1	6.877	29,2	6.532	27,7	2.783	11,8	3.943	16,7
Nordeste	**72.242**	25.176	34,8	27.427	38,0	25.439	35,2	12.013	16,6	11.556	16,0
Sudeste	**59.442**	35.881	60,4	47.597	80,1	31.969	53,8	13.798	23,2	27.196	45,8
Sul	**25.508**	16.580	65,0	20.868	81,8	14.792	58,0	8.692	34,1	12.229	47,9
Centro-Oeste	**9.963**	6.065	60,9	8.284	83,1	6.409	64,3	4.316	43,3	4.652	46,7

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

Dos estabelecimentos em áreas quilombolas, como apresentado na tabela 3, apenas 783 informaram utilizar materiais específicos (35,0% do total). Na região Sul, embora conte com menor número de escolas quilombolas, os dirigentes dos estabelecimentos informam maior uso de material específico, contando com esta prática em 62,9% das

22. Dados por UF podem ser conferidos na tabela A.3 do apêndice A.

escolas em áreas quilombolas (seguida pela região Centro-Oeste, com 45,2% das escolas atendidas), conforme a tabela 7. Cabe destacar que há necessidade de maior investigação desta variável, uma vez que dados da Seppir (2013) atestam exaustiva distribuição de material didático para escolas em áreas quilombolas.[23]

TABELA 7
Estabelecimentos com materiais específicos para atendimento à diversidade sociocultural em áreas remanescentes de quilombos, por dependência administrativa, segundo a região geográfica (2013)

Região geográfica	Com material específico	Total de estabelecimentos (%)	Estadual		Municipal		Privada	
			Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Brasil	783	35,0	25	38	43	670	1	6
Norte	139	35,8	2	12	2	123	-	-
Nordeste	478	33,2	13	7	14	437	1	6
Sudeste	89	34,1	7	10	17	55	-	-
Sul	39	62,9	1	1	6	31	-	-
Centro-Oeste	38	45,2	2	8	4	24	-	-

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar 2013.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

3.4.1 Docentes

Existem 13.196 funções docentes na educação básica em áreas remanescentes de quilombos (63,4% no Nordeste).[24] Os registros apontam que 39,0% destes professores são pardos e 10,7%, pretos; há, no entanto, uma grande subnotificação neste quesito[25] (35,4%), o que impede a utilização da variável.[26] Interessante notar que a subnotificação do quesito cor ou raça para docentes em estabelecimentos quilombolas é bem superior àquela verificada para o conjunto de docentes da educação básica (28,2%).

23. Segundo o relatório da Seppir (2013, p. 43), "cada uma das 1.912 escolas localizadas nas comunidades remanescentes de quilombos recebeu, no exercício de 2009, *kits* didáticos 'A Cor da cultura', e em 2010, o *kit* Quilombola".

24. Além da docência, o professor pode estar ocupado como auxiliar/assistente educacional (profissional que presta apoio ao docente nas turmas de escolarização); profissional/monitor de atividade complementar (professor ou monitor responsável pelo desenvolvimento das atividades complementares); ou tradutor-intérprete de Libras (Inep, 2012).

25. Corresponde ao total da opção "não declarada" no quesito sobre cor ou raça do docente.

26. Os dados por cor/raça foram calculados com base na tabela disponível na Sinopse organizada pelo Inep (anexo 2).

Embora 48,3% de professores já tenham alcançado o nível superior, resta ainda uma quantidade relevante de professores apenas com ensino fundamental e médio, inclusive professores com fundamental incompleto (tabela 8).[27] Cabe destacar que a legislação ainda permite que professores com formação em nível médio (modalidade normal) atuem na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.[28]

A necessidade de formação dos professores é realçada na área rural, onde ficam mais de 90,0% dos estabelecimentos escolares quilombolas e 78,8% das matrículas nesta modalidade (anexo A).[29]

TABELA 8
Funções docentes na educação básica, por localização do estabelecimento, segundo o nível de escolaridade (2013)

		Todos			Estabelecimentos quilombolas		
		Total	Urbana	Rural	**Total**	Urbana	Rural
Brasil	Fundamental incompleto	**0,1**	0,1	0,2	**0,1**	0,0	0,1
	Fundamental completo	**0,2**	0,2	0,6	**0,3**	0,0	0,4
	Ensino médio[1]	**24,9**	20,7	49,2	**51,3**	20,7	57,8
	Ensino superior	**74,8**	79,1	50,0	**48,3**	79,2	41,7
	Total	**100,0**	100,0	100,0	**100,0**	100,0	100,0

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Nota: [1] O campo ensino médio é a soma dos campos normal/magistério, normal/magistério específico indígena e ensino médio.
Obs.: 1. Inclui apenas a função de docente. Não inclui auxiliares da educação infantil nem professores de turmas de atividade complementar e de atendimento educacional especializado (AEE).
2. Professores (ID) são contados uma única vez em cada UF, porém podem atuar em mais de uma.
3. Acre, Roraima e Distrito Federal não possuem nenhum docente em área remanescente de quilombo.

Os cursos de formação continuada – com mínimo de oitenta horas, segundo o Inep (2013) – mais frequentes entre os docentes das áreas quilombolas foram aqueles voltados para os primeiros anos do ensino fundamental (829 docentes capacitados) e a pré-escola (514 docentes capacitados).[30] Cabe destacar que apenas 25,7% dos professores indicaram ter realizado algum tipo de formação continuada; apenas 193 informaram ter formação continuada em relações étnico-raciais (tabela 9).

27. Vale salientar que dados do Inep (2013, p. 38) indicam melhoria na formação dos professores da educação básica.

28. Artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (Lei nº 9.394/1996).

29. A tabela A.2 do anexo A apresenta a distribuição dos docentes por UF.

30. Há docentes com mais de um curso de formação continuada.

TABELA 9
Número de funções docentes em áreas remanescentes de quilombos, por domínio de formação continuada (2013)

	Total	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Creche	**159**	12	90	40	9	8
Pré-escola	**514**	74	309	93	23	15
Anos iniciais	**829**	131	499	128	52	19
Anos finais	**364**	46	251	43	14	10
Ensino médio	**168**	14	101	35	10	8
EJA	**311**	42	219	34	11	5
Necessidades especiais	**378**	55	180	101	28	14
Educação indígena	**24**	9	12	1	1	1
Educação no campo	**159**	40	68	40	8	3
Educação ambiental	**124**	13	96	9	4	2
Direitos humanos	**19**	3	12	3	.	1
Gênero e diversidade sexual	**19**	.	8	5	6	.
Direitos de criança e adolescente	**30**	7	18	3	2	.
Educação para as relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana	**193**	31	115	31	13	3
Outros	**2.055**	281	1.268	253	180	73
Nenhum	**9.804**	1.287	6.334	1.393	347	443
Funções docentes com formação continuada	**3.392**	477	2.033	498	263	121
Total de funções docentes	**13.196**	1.764	8.367	1.891	610	564
% de funções docentes com formação continuada	**25,7**	27,1	24,3	26,3	43,1	21,5

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: 1. Não inclui auxiliares da educação infantil nem professores de turmas de atividade complementar e de AEE.
2. Professores (ID) são contados uma única vez em cada UF, porém podem atuar em mais de uma.
3. Acre, Roraima e Distrito Federal não possuem nenhum docente em área remanescente de quilombo.
4. Um docente pode ter mais de um curso de formação continuada.

Como apontado em relação ao registro sobre material didático, vale pontuar que os dados sobre formação continuada do censo escolar contrastam com as informações divulgadas pela Secadi/MEC. Segundo esta secretaria, desde 2005, milhares de profissionais foram formados em temas como diversidade, educação das relações étnico-raciais e educação quilombola.[31] Por exemplo, segundo o MEC, mais de 30 mil profissionais participaram de cursos de aperfeiçoamento e especialização (cujas cargas horárias mínimas são, respectivamente, de 180 e 360 horas) em Erer. Entretanto, conforme o censo escolar, apenas 9.387 professores da educação básica informaram ter cursado formação continuada

31. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/index.php/acoes-e-programas>.

em Erer em 2013. Mesmo admitindo-se que nem todos os que participaram das formações fossem docentes ou que estivessem em atividade no ano observado, ou ainda que nem todos tivessem concluído o curso, a diferença continua muito expressiva, ensejando uma investigação sobre o registro deste tipo de informação nos estabelecimentos escolares.

Mais uma vez, a região Sul destaca-se ao apresentar porcentagem bem superior de funções docentes em áreas quilombolas com formação continuada, bem acima da taxa nacional e das taxas regionais. Por sua vez, considerando-se todas as funções docentes na educação básica, a porcentagem de docentes com formação continuada (30,2%) é um pouco superior àquela apresentada pelas escolas em área de quilombos (25,7%), segundo o Inep (2013). No entanto, como mencionado, parece haver problemas no registro dessa informação, muito díspar em relação às apresentadas pelo MEC, o que remete à necessidade de conciliação dos dados e análise mais aprofundada da sistemática de registro.

Em geral, pouco mais de 50% dos professores em áreas quilombolas no país têm vínculo efetivo.[32] As exceções ficam nas regiões Centro-Oeste e Sul. Na primeira, abaixo da média nacional, os estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso dispõem, respectivamente, de 40,5%, 38,2% e 32,5% de suas funções docentes com vínculo efetivo, todos abaixo da média nacional. Na região Sul, acima da média nacional, embora Paraná e Santa Catarina disponham de porcentagem muito baixa de professores efetivos (38,4% e 11,4%, respectivamente), o Rio Grande do Sul, que concentra 80,6% de escolas quilombolas na região, conta com mais de 79,1% dos professores em estabelecimentos quilombolas com vínculos efetivos.

No quadro geral da educação básica, apenas dois estados contam com menos de 40% de funções docentes com vínculo efetivo (Acre e Mato Grosso do Sul). No caso das escolas em áreas remanescentes de quilombos, a situação é mais grave: sete estados atingem esta marca.[33] Sem dúvida, tendo em vista as especificidades da EEQ, a predominância de professores temporários ou com vínculos mais frágeis compromete sobremaneira a continuidade e o aprofundamento das atividades.

32. No total das funções docentes na educação básica, vínculos efetivos correspondem a 55,7%.

33. Estados com menos de 40% do quadro de docentes de escolas quilombolas com vínculos permanentes: Rondônia, Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

TABELA 10
Funções docentes em áreas remanescentes de quilombos, por situação funcional/regime de contratação, segundo a região geográfica (2013)
(Em %)

Região geográfica	Concursado/efetivo/estável	Contrato temporário	Contrato terceirizado	Contrato CLT	Não informado
Brasil	54,4	43,6	0,5	0,6	0,8
Norte	51,2	48,5	0,0	0,0	0,2
Nordeste	55,2	42,9	0,8	0,2	1,0
Sudeste	54,2	44,2	0,1	1,2	0,4
Sul	70,3	19,5	0,3	6,9	3,1
Centro-Oeste	36,3	63,3	0,0	0,4	0,0

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: 1. Inclui apenas função docente, não incluindo auxiliares da educação infantil.
2. Professores (ID) são contados uma única vez em cada UF, porém podem atuar em mais de uma.
3. A informação sobre a situação funcional/regime de contratação abrange apenas os docentes de escola pública.

3.4.2 Alunos

Os alunos do sexo masculino estão um pouco mais presentes nas escolas quilombolas, correspondendo a 51,9% do corpo discente, um pouco acima da participação dos homens no total de matrículas na educação básica (50,5%).

TABELA 11
Matrículas em escolas em áreas remanescentes de quilombos, por sexo, segundo a região geográfica (2013)

Região geográfica	Feminino		Masculino	
	Total	(%)	Total	(%)
Brasil	109.303	48,1	118.127	51,9
Norte	14.734	46,8	16.744	53,2
Nordeste	74.513	48,4	79.533	51,6
Sudeste	11.464	47,8	12.540	52,2
Sul	3.483	46,9	3.944	53,1
Centro-Oeste	5.109	48,8	5.366	51,2

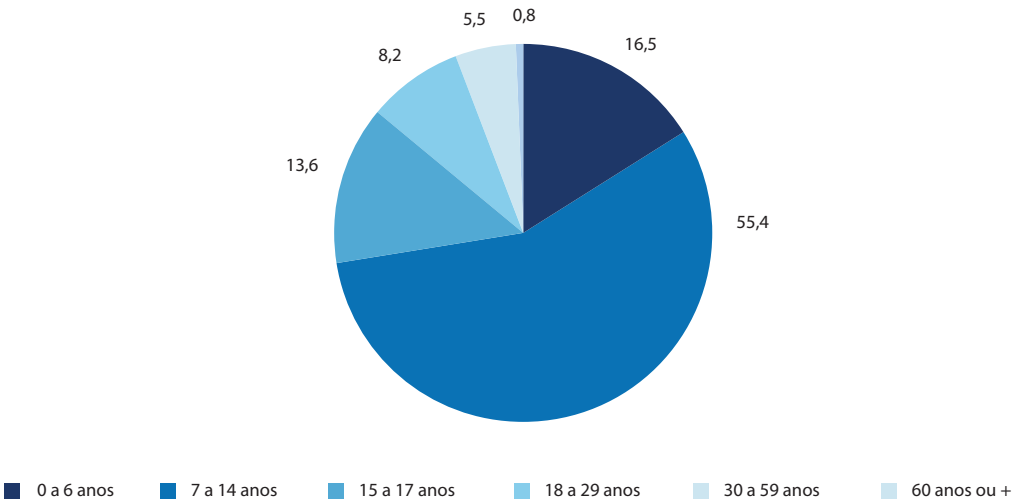
Fonte: Censo Escolar de 2013/Inep.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: 1. Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).
2. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

O quesito cor ou raça apresenta alta subnotificação: esta informação não foi declarada por 32,6% dos alunos (34,3% para o total da educação básica), o que limita a utilização desta variável. Do total de alunos, 59,0% se declararam negros (pretos ou pardos); 7,8%, brancos; 0,4%, amarelos; 0,3%, indígenas; além dos que não apresentaram correspondente declaração. Enquanto todas as regiões apresentaram porcentagens de

subnotificação próximas à média nacional (de 26,4% a 32,3%), a região Centro-Oeste apresentou 63,3%.[34]

O gráfico 2 destaca as faixas etárias dos alunos das escolas em áreas quilombolas. Embora a maioria esteja em idade escolar, 6,3% têm 30 anos de idade ou mais.

GRÁFICO 2
Faixas etárias dos alunos que frequentam escolas em áreas remanescentes de quilombos (2013)
(Em %)



Fonte: Inep (2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto teve como objetivo apresentar um breve perfil da EEQ com base em dados disponíveis no Censo Escolar da Educação Básica 2012. Por meio deste levantamento, procurou-se salientar os limites e as possibilidades do uso desses dados, de modo a contribuir para o diagnóstico e acompanhamento das condições de oferta da EEQ, tendo em vista a recente aprovação das DCNs para esta modalidade.

34. A subnotificação do quesito cor ou raça em escolas quilombolas chega a 84,2% no Mato Grosso, 49,3% no Ceará, e 48,4% no Rio Grande do Norte.

O primeiro ponto a destacar relaciona-se com a definição de educação escolar quilombola. Embora a EEQ englobe tanto os estabelecimentos situados em comunidades quilombolas como aqueles que recebem estudantes oriundos destes territórios, a ausência de uma questão sobre a procedência do aluno limita a análise apenas ao primeiro caso. Além disso, considerando que o ensino médio geralmente é ofertado em escolas maiores, fora das comunidades quilombolas, o acompanhamento dos alunos nesta etapa do ensino fica ainda mais prejudicado.

Por sua vez, os dados indicam que há incongruências entre os registros do censo escolar e as informações divulgadas pelo governo federal relativas à formação de professores e à distribuição e utilização de material didático específico. Estes achados demandam maior investigação, a fim de se identificar a origem dos problemas relacionados com esta divergência, bem como quais os mecanismos necessários para saná-la.

Ademais, procurou-se traçar um perfil, reunindo informações sobre os estabelecimentos, matrículas, condições de funcionamento, além de dados sobre docentes e alunos em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos.

Se as condições precárias de funcionamento de boa parte das escolas não escapam à realidade das condições de vida identificadas em muitas comunidades quilombolas, os indicadores mais alvissareiros acabam também por apontar as regiões em que, geralmente, os recursos educacionais mostram-se em melhor nível para toda a população.

Como salienta Miranda (2012), os desafios começam nas condições materiais de ensino, caracterizadas pela carência de escolas nas comunidades ou pelo estado precário dos estabelecimentos existentes. Esta situação é agravada pelas dificuldades que se apresentam para a educação no campo em geral. Tem-se intensificado o fechamento de escolas pequenas no meio rural, o que leva a maior tempo e esforço de deslocamento por parte dos alunos, além de promover uma educação nos centros urbanos, afastando, em geral, os estudantes de uma educação mais enraizada, mais contextualizada. Por sua vez, o aperfeiçoamento da política de transporte escolar, em que pese sua importância, parece criar incentivos reversos à manutenção de escolas no campo e favorecer processos de nucleação de escolas (Ipea, 2012). Recentemente, todavia, foi sancionada norma que altera a LDB ao exigir a "manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para

o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas" (Lei nº 12.960/2014),[35] fato que pode refrear esta tendência.

Além de estabelecer condições mínimas para as escolas, há que se avançar nos requisitos específicos para implementação das diretrizes. Nesse sentido, a ampla distribuição de material específico para escolas em territórios quilombolas representa um importante desafio.

Outro aspecto fundamental para a implementação das diretrizes é a formação de professores. Além dos desafios gerais de ampliação da formação, a EEQ incorpora aqueles relacionados com a localização rural e com a necessidade de conhecimentos específicos. Segundo a Seppir (2013, p. 42), em 2013 estavam previstos cursos de formação continuada em EEQ para 3.370 professores em catorze estados.

Com efeito, além da necessária intensificação desse processo formativo – de produção e distribuição de material adequado –, a implementação das diretrizes pressupõe mais do que um profissional informado em cada escola ou livros específicos na biblioteca. Trata-se de rediscutir os conteúdos e a gestão escolar de forma mais ampla, de envolver a comunidade, de prover uma educação alinhada com a sua história, cultura e identidade. Para tanto, além da oferta de capacitação e materiais e do envolvimento autêntico dos estabelecimentos e seus profissionais, é fundamental que se fortaleçam as instâncias de controle social e os mecanismos de acompanhamento e indução da política para a EEQ.

35. Os órgãos normativos, a exemplo dos conselhos municipais de educação, deverão considerar "justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar" (Lei nº 12.960/2014).

REFERÊNCIAS

ARRUTI, José Maurício. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos. *In*: **Educação escolar quilombola**: pilões, peneiras e conhecimento escolar. Curitiba: SEED/PR, 2010. 101 p. (Cadernos temáticos da diversidade).

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana**. Brasília, 2009.

FCP – FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQs)**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/4-quadro-geral-das-crqs-ate-25-10-2013.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.

GOMES, Nilma Lino. **Parecer CNE/CEB, nº 16/2012** – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Aprovado em: 5 jun. 2012.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Incra**. Diretoria de ordenamento da estrutura fundiária. Coordenação geral de regularização de territórios quilombolas. Atualizado em: 21 maio 2013.

INEP – INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo escolar da educação básica 2012**: caderno de instruções. Brasília: Inep, 2012.

_____. **Censo escolar da educação básica 2013**: caderno de instruções. Brasília: Inep, 2013.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Educação**. Brasília: Ipea, 2012. cap. 4. (Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 20). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap04.pdf>.

_____. **Igualdade racial**. Brasília: Ipea, 2013. cap. 8. (Políticas sociais: acompanhamento e análise, n. 21).

MIRANDA, Shirley A. de. Educação escolar quilombola: entre ausências e emergências. **Revista brasileira de educação**, v. 17, n. 50, maio/ago. 2012.

MOURA, Maria da Glória. **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara da Educação Básica, 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SANTOS, Luís Henrique Ribeiro. A violência que se esconde atrás de êxito do modelo agro-exportador: geografia dos conflitos e da violência no campo brasileiro em 2011. *In*: CANUTO, Antônio; LUZ, Cássia R. da S.; WICHINIESKI, Isolete (Org.). **Conflitos no campo Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2012. 182 p.

SEPPIR – SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **Relatório de gestão 2012**. Brasília: Seppir, abr. 2013.

ANEXO A

EDUCAÇÃO BÁSICA

TABELA A.1

Número de estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos por localização e dependência administrativa, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF	Estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos																			
	Localização/dependência administrativa																			
	Total										Urbana									
	Estabelecimentos					Matrículas					Estabelecimentos					Matrículas				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	**2.235**	1	118	2.099	17	**227.430**	202	38.160	187.513	1.555	**135**	1	41	85	8	**48.256**	202	27.376	19.662	1.016
Norte	**388**	-	29	357	2	**31.478**	-	4.042	27.401	35	**10**	-	5	4	1	**2.413**	-	1.791	602	20
Rondônia	**4**	-	1	2	1	**87**	-	52	15	20	**1**	-	-	-	1	**20**	-	-	-	20
Acre	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Amazonas	**2**	-	-	2	-	**93**	-	-	93	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Roraima	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Pará	**322**	-	2	319	1	**24.820**	-	181	24.624	15	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Amapá	**29**	-	20	9	-	**3.136**	-	1.967	1.169	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Tocantins	**31**	-	6	25	-	**3.342**	-	1.842	1.500	-	**9**	-	5	4	-	**2.393**	-	1.791	602	-
Nordeste	**1.440**	1	41	1.386	12	**154.046**	202	22.997	129.738	1.109	**63**	1	21	37	4	**29.301**	202	19.654	8.860	585
Maranhão	**663**	1	10	645	7	**51.348**	202	1.100	49.609	437	**6**	1	-	4	1	**678**	202	-	434	42
Piauí	**55**	-	1	54	-	**4.211**	-	399	3.812	-	**1**	-	1	-	-	**399**	-	399	-	-
Ceará	**30**	-	-	30	-	**3.835**	-	-	3.835	-	**2**	-	-	2	-	**409**	-	-	409	-
Rio Grande do Norte	**17**	-	-	17	-	**1.458**	-	-	1.458	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-
Paraíba	**25**	-	1	24	-	**3.848**	-	401	3.447	-	**2**	-	1	1	-	**1.389**	-	401	988	-
Pernambuco	**90**	-	2	85	3	**8.914**	-	482	7.861	571	**5**	-	-	3	2	**1.424**	-	-	882	542

(Continua)

(Continuação)

Região geográfica e UF	Estabelecimentos e matrículas em área remanescente de quilombos																			
	Localização/dependência administrativa																			
	Total										Urbana									
	Estabelecimentos					Matrículas					Estabelecimentos					Matrículas				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada	**Total**	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Alagoas	**38**	-	1	37	-	**7.283**	-	211	7.072	-	**4**	-	-	4	-	**609**	-	-	609	-
Sergipe	**33**	-	5	28	-	**5.937**	-	1.029	4.908	-	**2**	-	1	1	-	**242**	-	113	129	-
Bahia	**489**	-	21	466	2	**67.212**	-	19.375	47.736	101	**41**	-	18	22	1	**24.151**	-	18.741	5.409	1
Sudeste	**261**	-	31	228	2	**24.004**	-	7.221	16.673	110	**41**	-	11	28	2	**9.681**	-	3.673	5.898	110
Minas Gerais	**175**	-	27	147	1	**15.175**	-	6.773	8.331	71	**24**	-	11	12	1	**5.272**	-	3.673	1.528	71
Espírito Santo	**29**	-	1	28	-	**1.890**	-	97	1.793	-	**3**	-	-	3	-	**738**	-	-	738	-
Rio de Janeiro	**31**	-	-	30	1	**5.471**	-	-	5.432	39	**12**	-	-	11	1	**3.195**	-	-	3.156	39
São Paulo	**26**	-	3	23	-	**1.468**	-	351	1.117	-	**2**	-	-	2	-	**476**	-	-	476	-
Sul	**62**	-	4	57	1	**7.427**	-	467	6.659	301	**8**	-	1	6	1	**1.695**	-	221	1.173	301
Paraná	**7**	-	2	5	-	**1.112**	-	246	866	-	**4**	-	1	3	-	**1.051**	-	221	830	-
Santa Catarina	**5**	-	-	4	1	**434**	-	-	133	301	**1**	-	-	-	1	**301**	-	-	-	301
Rio Grande do Sul	**50**	-	2	48	-	**5.881**	-	221	5.660	-	**3**	-	-	3	-	**343**	-	-	343	-
Centro-Oeste	**84**	-	13	71	-	**10.475**	-	3.433	7.042	-	**13**	-	3	10	-	**5.166**	-	2.037	3.129	-
Mato Grosso do Sul	**7**	-	2	5	-	**1.081**	-	260	821	-	**3**	-	1	2	-	**517**	-	173	344	-
Mato Grosso	**36**	-	5	31	-	**5.834**	-	2.552	3.282	-	**5**	-	1	4	-	**2.555**	-	1.435	1.120	-
Goiás	**41**	-	6	35	-	**3.560**	-	621	2.939	-	**5**	-	1	4	-	**2.094**	-	429	1.665	-
Distrito Federal	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-	**-**	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deed. Sinopses Estatísticas disponíveis em: <www.inep.gov.br> (planilha 3.3).
Obs.: 1. O mesmo estabelecimento pode oferecer mais de uma etapa/modalidade de ensino.
2. Estabelecimentos em atividade.
3. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

TABELA A.2
Número de funções docentes em área remanescente de quilombos, por cor ou raça, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF	Funções docentes na educação básica em área remanescente de quilombos							
	Total		Cor/raça					
			Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	Não declarada
Norte	**13.196**	**100,0**	1.872	1.407	5.147	83	16	4.671
Rondônia	**1.764**	**13,4**	136	250	862	6	2	508
Acre	**13**	**0,1**	2	-	8	-	2	1
Amazonas		**-**						
Roraima	**6**	**0,0**	-	-	6	-	-	-
Pará		**-**						
Amapá	**1.324**	**10,0**	80	211	654	4	-	375
Tocantins	**255**	**1,9**	39	20	124	-	-	72
Nordeste	**166**	**1,3**	15	19	70	2	-	60
Maranhão	**8.367**	**63,4**	750	854	3.457	64	12	3.230
Piauí	**3.306**	**25,1**	275	273	1.759	23	2	974
Ceará	**258**	**2,0**	38	36	92	4	-	88
Rio Grande do Norte	**197**	**1,5**	33	5	98	1	-	60
Paraíba	**79**	**0,6**	16	-	21	-	-	42
Pernambuco	**222**	**1,7**	62	20	96	-	-	44
Alagoas	**493**	**3,7**	78	69	171	1	6	168
Sergipe	**358**	**2,7**	45	15	181	1	1	115
Bahia	**304**	**2,3**	16	38	117	15	-	118
Sudeste	**3.150**	**23,9**	187	398	922	19	3	1.621
Minas Gerais	**1.891**	**14,3**	509	240	673	9	-	460
Espírito Santo	**1.181**	**8,9**	229	183	508	2	-	259
Rio de Janeiro	**154**	**1,2**	58	18	51	2	-	25
São Paulo	**426**	**3,2**	145	30	78	4	-	169
Sul	**130**	**1,0**	77	9	36	1	-	7
Paraná	**610**	**4,6**	402	23	24	1	1	159
Santa Catarina	**73**	**0,6**	42	4	16	-	-	11
Rio Grande do Sul	**35**	**0,3**	28	2	1	-	1	3
Centro-Oeste	**502**	**3,8**	332	17	7	1	-	145
Mato Grosso do Sul	**564**	**4,3**	75	40	131	3	1	314
Mato Grosso	**76**	**0,6**	29	-	25	-	-	22
Goiás	**268**	**2,0**	11	8	19	-	-	230
Distrito Federal	**220**	**1,7**	35	32	87	3	1	62

Fonte: MEC/Inep/Deed. Sinopses Estatísticas disponíveis em: <www.inep.gov.br> (planilha 3).
Obs.: 1. Professores são os indivíduos que estavam em efetiva regência de classe em 25 de maio de 2012.
2. Não inclui auxiliares da educação infantil.
3. Não inclui os professores de turmas de atividade complementar e de AEE.
4. Professores (ID) são contados uma única vez em cada UF, porém podem atuar em mais de uma.

APÊNDICE A

TABELA A.1

Número de matrículas em escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos na educação básica, por etapas e modalidade de ensino, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF		Total	Modalidade														
			Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		Educação profissional		Educação especial		EJA		
			Creche	Pré-escola	**Total**	Anos iniciais	Anos finais	**Total**	Ensino Médio	**Total**	Educação profissional	**Total**	Educação Especial	**Total**	EJA fundamental	EJA Médio	**Total**
Brasil		**227.430**	6.148	26.502	**32.650**	95.074	60.786	**155.860**	13.492	**13.492**	124	**124**	22	**22**	21.869	3.413	**25.282**
Norte	**Total**	**31.478**	**504**	**3.913**	**4.417**	**15.129**	**8.073**	**23.202**	**843**	**843**	**.**	**.**	**20**	**20**	**2.873**	**123**	**2.996**
	Rondônia	**87**	.	20	**20**	46	21	**67**	.	**.**	.	**.**	.	**.**	.	.	**.**
	Amazonas	**93**	.	9	**9**	49	12	**61**	.	**.**	.	**.**	.	**.**	23	.	**23**
	Pará	**24.820**	308	3.435	**3.743**	12.159	6.177	**18.336**	134	**134**	.	**.**	20	**20**	2.554	33	**2.587**
	Amapá	**3.136**	72	263	**335**	1.614	881	**2.495**	192	**192**	.	**.**	.	**.**	114	.	**114**
	Tocantins	**3.342**	124	186	**310**	1.261	982	**2.243**	517	**517**	.	**.**	.	**.**	182	90	**272**
Nordeste	**Total**	**154.046**	**3.988**	**18.968**	**22.956**	**59.659**	**41.283**	**100.942**	**9.740**	**9.740**	**124**	**124**	**.**	**.**	**17.437**	**2.847**	**20.284**
	Maranhão	**51.348**	1.523	8.038	**9.561**	20.202	13.206	**33.408**	1.312	**1.312**	37	**37**	.	**.**	6.998	32	**7.030**
	Piauí	**4.211**	155	441	**596**	1.639	898	**2.537**	295	**295**	.	**.**	.	**.**	727	56	**783**
	Ceará	**3.835**	181	559	**740**	1.671	1.276	**2.947**	.	**.**	.	**.**	.	**.**	148	.	**148**
	Rio Grande do Norte	**1.458**	131	257	**388**	861	209	**1.070**	.	**.**	.	**.**	.	**.**	.	.	**.**
	Paraíba	**3.848**	34	386	**420**	1.725	1.187	**2.912**	.	**.**	.	**.**	.	**.**	502	14	**516**
	Pernambuco	**8.914**	196	1.241	**1.437**	4.614	1.906	**6.520**	282	**282**	.	**.**	.	**.**	636	39	**675**
	Alagoas	**7.283**	222	936	**1.158**	3.400	1.425	**4.825**	211	**211**	.	**.**	.	**.**	1.089	.	**1.089**
	Sergipe	**5.937**	239	863	**1.102**	2.723	1.161	**3.884**	266	**266**	.	**.**	.	**.**	685	.	**685**
	Bahia	**67.212**	1.307	6.247	**7.554**	22.824	20.015	**42.839**	7.374	**7.374**	87	**87**	.	**.**	6.652	2.706	**9.358**

(Continua)

(Continuação)

Região geográfica e UF		Total	Modalidade														
			Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio		Educação profissional		Educação especial		EJA		
			Creche	Pré-escola	**Total**	Anos iniciais	Anos finais	**Total**	Ensino Médio	**Total**	Educação profissional	**Total**	Educação Especial	**Total**	EJA fundamental	EJA Médio	**Total**
Sudeste	**Total**	**24.004**	**1.202**	**2.460**	**3.662**	**11.180**	**6.362**	**17.542**	**1.903**	**1.903**	**.**	**.**	**.**	**.**	**765**	**132**	**897**
	Minas Gerais	**15.175**	482	1.091	**1.573**	6.731	4.654	**11.385**	1.602	**1.602**	.	.	.	**.**	509	106	**615**
	Espírito Santo	**1.890**	244	326	**570**	974	232	**1.206**	.	**.**	.	.	.	**.**	114	.	**114**
	Rio de Janeiro	**5.471**	414	842	**1.256**	2.798	1.065	**3.863**	210	**210**	.	.	.	**.**	142	.	**142**
	São Paulo	**1.468**	62	201	**263**	677	411	**1.088**	91	**91**	.	.	.	**.**	.	26	**26**
Sul	**Total**	**7.427**	**172**	**524**	**696**	**3.939**	**2.549**	**6.488**	**85**	**85**	**.**	**.**	**2**	**2**	**156**	**.**	**156**
	Paraná	**1.112**	140	21	**161**	703	186	**889**	60	**60**	.	.	2	**2**	.	.	**.**
	Santa Catarina	**434**	32	59	**91**	241	102	**343**	.	**.**	.	.	.	**.**	.	.	**.**
	Rio Grande do Sul	**5.881**	.	444	**444**	2.995	2.261	**5.256**	25	**25**	.	.	.	**.**	156	.	**156**
Centro-Oeste	**Total**	**10.475**	**282**	**637**	**919**	**5.167**	**2.519**	**7.686**	**921**	**921**	**.**	**.**	**.**	**.**	**638**	**311**	**949**
	Mato Grosso do Sul	**1.081**	21	123	**144**	670	228	**898**	39	**39**	.	.	.	**.**	.	.	**.**
	Mato Grosso	**5.834**	261	396	**657**	1.907	1.586	**3.493**	882	**882**	.	.	.	**.**	574	228	**802**
	Goiás	**3.560**	.	118	**118**	2.590	705	**3.295**	.	**.**	.	.	.	**.**	64	83	**147**

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Núcleo de Informações Sociais (Ninsoc) da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.
Obs.: 1. O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.
2. Ensino fundamental: inclui matrículas das turmas do ensino fundamental de 8 e 9 anos.
3. Educação de jovens e adultos: inclui matrículas de EJA presencial, semipresencial e integrada à educação profissional de nível médio.

TABELA A.2
Escolas em áreas remanescentes de quilombos, por número de salas, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF	Número de salas					
	Uma sala	Duas salas	De três a cinco salas	De seis a dez salas	Mais de dez salas	Não respondeu
Brasil	656	624	611	288	54	2
	29,4	27,9	27,3	12,9	2,4	-
Norte	150	101	89	44	3	1
	38,7	26,0	22,9	11,3	0,8	-
Rondônia	-	2	1	1	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	2	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	137	89	62	32	2	-
Amapá	2	4	18	5	-	-
Tocantins	9	6	8	6	1	1
Nordeste	443	425	386	163	22	1
	30,8	29,5	26,8	11,3	1,5	-
Maranhão	229	220	175	37	1	1
Piauí	20	13	16	6	.	-
Ceará	2	11	9	8	.	-
Rio Grande do Norte	4	7	4	2	.	-
Paraíba	1	11	5	6	2	-
Pernambuco	25	23	28	12	2	-
Alagoas	5	13	14	6	.	-
Sergipe	1	6	17	8	1	-
Bahia	156	121	118	78	16	-
Sudeste	42	76	85	47	11	-
	16,1	29,1	32,6	18,0	4,2	-
Minas Gerais	28	55	55	34	3	-
Espírito Santo	5	12	9	2	1	-
Rio de Janeiro	-	1	15	9	6	-
São Paulo	9	8	6	2	1	-
Sul	6	6	24	19	7	-
	9,7	9,7	38,7	30,6	11,3	-
Paraná	2	.	2	2	1	-
Santa Catarina	3	.	1	1	.	-
Rio Grande do Sul	1	6	21	16	6	-
Centro-Oeste	15	16	27	15	11	-
	17,9	19,0	32,1	17,9	13,1	-
Mato Grosso do Sul	-	2	2	2	1	-
Mato Grosso	8	4	10	7	7	-
Goiás	7	10	15	6	3	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar 2013.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

TABELA A.3
Escolas em áreas remanescentes de quilombos, por recursos disponíveis, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF		Total	Biblioteca ou sala de leitura		Acesso à internet		Laboratório de informática		Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida		Quadra de esportes	
			N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Brasil		**2.235**	358	16,0	282	12,6	505	22,6	114	5,1	189	8,5
Norte	**Total**	**388**	**52**	**13,4**	**17**	**4,4**	**47**	**12,1**	**11**	**2,8**	**13**	**3,4**
	Rondônia	**4**	.	.	1	25,0	.	.	.	.	.	.
	Acre	**.**	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	Amazonas	**2**	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	Roraima	**.**	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
	Pará	**322**	35	10,9	2	0,6	28	8,7	6	1,9	7	2,2
	Amapá	**29**	11	37,9	4	13,8	12	41,4	1	3,4	1	3,4
	Tocantins	**31**	6	19,4	10	32,3	7	22,6	4	12,9	5	16,1
Nordeste	**Total**	**1.440**	**172**	**11,9**	**132**	**9,2**	**299**	**20,8**	**67**	**4,7**	**86**	**6,0**
	Maranhão	**663**	39	5,9	19	2,9	79	11,9	22	3,3	7	1,1
	Piauí	**55**	3	5,5	2	3,6	9	16,4	1	1,8	1	1,8
	Ceará	**30**	17	56,7	8	26,7	18	60,0	4	13,3	9	30,0
	Rio Grande do Norte	**17**	4	23,5	3	17,6	4	23,5	1	5,9	1	5,9
	Paraíba	**25**	5	20,0	4	16,0	8	32,0	1	4,0	2	8,0
	Pernambuco	**90**	18	20,0	8	8,9	25	27,8	6	6,7	7	7,8
	Alagoas	**38**	6	15,8	6	15,8	11	28,9	4	10,5	7	18,4
	Sergipe	**33**	7	21,2	10	30,3	13	39,4	3	9,1	4	12,1
	Bahia	**489**	73	14,9	72	14,7	132	27,0	25	5,1	48	9,8
Sudeste	**Total**	**261**	**80**	**30,7**	**65**	**24,9**	**88**	**33,7**	**19**	**7,3**	**44**	**16,9**
	Minas Gerais	**175**	50	28,6	39	22,3	57	32,6	13	7,4	30	17,1
	Espírito Santo	**29**	6	20,7	5	17,2	7	24,1	.	.	2	6,9
	Rio de Janeiro	**31**	20	64,5	16	51,6	20	64,5	6	19,4	7	22,6
	São Paulo	**26**	4	15,4	5	19,2	4	15,4	.	.	5	19,2
Sul	**Total**	**62**	**36**	**58,1**	**39**	**62,9**	**43**	**69,4**	**13**	**21,0**	**28**	**45,2**
	Paraná	**7**	3	42,9	5	71,4	2	28,6	2	28,6	3	42,9
	Santa Catarina	**5**	1	20,0	2	40,0	2	40,0	1	20,0	1	20,0
	Rio Grande do Sul	**50**	32	64,0	32	64,0	39	78,0	10	20,0	24	48,0
Centro-Oeste	**Total**	**84**	**18**	**21,4**	**29**	**34,5**	**28**	**33,3**	**4**	**4,8**	**18**	**21,4**
	Mato Grosso do Sul	**7**	2	28,6	6	85,7	4	57,1	1	14,3	4	57,1
	Mato Grosso	**36**	8	22,2	16	44,4	13	36,1	1	2,8	9	25,0
	Goiás	**41**	8	19,5	7	17,1	11	26,8	2	4,9	5	12,2
	Distrito Federal	**.**	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar 2013.
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: Estabelecimentos em atividade.

TABELA A.4
Funções docentes em áreas remanescentes de quilombos, por situação funcional/regime de contratação, segundo a região geográfica e a UF (2013)

Região geográfica e UF	Concursado/efetivo/estável	Contrato temporário	Contrato terceirizado	Contrato CLT	Não informado	**Total**
Brasil	7.184	555	67	80	110	**13.196**
Norte	904	856	.	.	4	**1.764**
Nordeste	4.622	3.587	63	15	80	**8.367**
Sudeste	1.024	836	2	22	7	**1.891**
Sul	429	119	2	41	19	**610**
Centro-Oeste	205	357	.	2	.	**564**
Rondônia	4	8	.	.	1	**13**
Amazonas	.	6	.	.	.	**6**
Pará	597	724	.	.	3	**1.324**
Amapá	198	57	.	.	.	**255**
Tocantins	105	61	.	.	.	**166**
Maranhão	1.361	1.900	3	7	35	**3.306**
Piauí	182	74	2	.	.	**258**
Ceará	109	88	.	.	.	**197**
Rio Grande do Norte	62	17	.	.	.	**79**
Paraíba	113	109	.	.	.	**222**
Pernambuco	238	222	4	.	29	**493**
Alagoas	203	155	.	.	.	**358**
Sergipe	232	71	1	.	.	**304**
Bahia	2.122	951	53	8	16	**3.150**
Minas Gerais	685	487	1	4	4	**1.181**
Espírito Santo	53	101	.	.	.	**154**
Rio de Janeiro	178	226	1	18	3	**426**
São Paulo	108	22	.	.	.	**130**
Paraná	28	43	.	2	.	**73**
Santa Catarina	4	4	.	8	19	**35**
Rio Grande do Sul	397	72	2	31	.	**502**
Mato Grosso do Sul	29	47	.	.	.	**76**
Mato Grosso	87	181	.	.	.	**268**
Goiás	89	129	.	2	.	**220**

Fonte: Inep (2013).
Elaboração: Ninsoc/Disoc/Ipea.
Obs.: 1. Não inclui auxiliares da educação infantil nem professores de turmas de atividade complementar e de AEE.
2. Professores (ID) são contados uma única vez em cada UF, porém podem atuar em mais de uma.
3. A informação sobre a situação funcional/regime de contratação abrange apenas os docentes de escola pública.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Andrea Bossle de Abreu

Revisão
Camilla de Miranda Mariath Gomes
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca
Thais da Conceição Santos (estagiária)
Vivian Barros Volotão Santos (estagiária)

Editoração eletrônica
Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna

Capa
Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ISSN 1415-4765
9 771415 476001

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA